

## Propostas Aprovadas

1. Construir uma Política Nacional Intersetorial de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora que se torne uma política de Estado, com a participação de ministérios que definem o modelo econômico do País (Fazenda, Agricultura, Transporte, dentre outros) e de ministérios que visem à proteção social (Saúde, Meio Ambiente, Trabalho, Previdência Social, Direitos Humanos, Ministério da Justiça e Segurança Pública) com inclusão de ações do PPA (Plano Pluri Anual) à semelhança do Sisan (Sistema Nacional da Segurança Alimentar e Nutricional), sob a coordenação do Ministério da Saúde, com ampla participação e controle social. Ressalta-se que para sua implantação é indispensável a revisão das Reformas Previdenciária e Trabalhista bem como a Lei da Terceirização.
2. Criação de um canal nacional para denúncia de violências relacionadas ao trabalho - acidentes de trabalho, abusos de poder e violações de direitos humanos nos ambientes de trabalho - a exemplo do disque 100 ou disque 180, acompanhada de uma ampla campanha de difusão e orientação junto aos trabalhadores e a população em geral. Esse canal permitirá intervenções mais ágeis e panorama real, sem ocultação de fatos, sobre o que acontece nos ambientes laborais do país.
3. Realizar ampla revisão das Leis Trabalhistas com revogação da reforma trabalhista de 2017, proibição de terceirização para atividade fim e criação de grupo intersectorial (com participação dos trabalhadores e movimentos sociais) na revisão dessas leis acompanhada da criação de um estatuto/código de proteção e promoção da saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras.
4. Fortalecimento dos Serviços Públicos com uma política intersectorial para a reposição e expansão dos recursos humanos via concurso público, para pelo menos 4 áreas: Trabalho, Saúde, Previdência e Assistência Social; e que haja efetiva integração entre estas áreas.
5. Garantir que os Cerests, como preconizado na portaria MS nº1823/2012 (PNSTT), sejam uma política de Estado, com a criação de carreira única de autoridade sanitária no SUS para garantir a autonomia do trabalho de fiscalização e do controle social sob estas ações.
6. Obrigatoriedade de inclusão nos Planos municipais, Estaduais e Nacional de ações de Educação Permanente para o fortalecimento do Controle Social em Saúde do Trabalhador com recursos previstos no orçamento, com garantia de participação dos trabalhadores independente de seu vínculo empregatício.

7. EDUCAÇÃO PERMANENTE E CAPACITAÇÕES - Criar, fortalecer e implementar capacitações permanentes em Saúde do Trabalhador com equipes multidisciplinares, em todos os níveis de atenção à saúde, incluindo a articulação com universidades, conselhos profissionais e sociedade civil e científica.
8. Carreira SUS - Criar a carreira única do SUS com plano de cargos e salários em todas as esferas de governo por ingresso por concursos públicos, e para os trabalhadores/as da vigilância em saúde, assegurar respaldo jurídico nas ações de vigilância e estrutura para que exerça sua função típica de estado.
9. Democratizar o processo de registro de condições de trabalho, acidentes e doenças, análise dos tipos de empresa de seu território, garantindo o direito a qualquer cidadão de notificar formalmente condições de trabalho inadequadas, acidentes ou doenças e violências relacionadas ao trabalho em um sistema simples e de fácil manuseio digital. Além disso que permita a integração e referência e contrarreferência em rede.
10. Fortalecer e ampliar a educação permanente em saúde, capacitando todas as instâncias do SUS a desenvolverem ações que permitam a intervenção do SUS em condições de trabalho e potencialize a capacidade diagnóstica de agravos relacionados ao trabalho do SUS, criando-se formas de indução e valorização dessas ações grupais e coletivas.
11. Garantir e estimular a participação de trabalhadores e trabalhadoras urbanos e rurais, formais e informais, públicos e privados nos conselhos de saúde municipais, estaduais e nacional e em outros espaços coletivos, garantindo a implementação e ampliação de ações estratégicas antipatriarcal, antigbtfóbica, antirracista e antiincapacitista.
12. Institucionalizar o conceito de "vigilância popular de saúde", a fim de garantir o protagonismo de usuárias e usuários, movimentos sociais, associações de trabalhadores e sindicatos, no monitoramento participativo na gestão participativa dados, geração de dados científicos, na formulação de políticas respeitando as especificidades sociais e políticas de cada povo.